



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

LEI Nº 1.664 DE 22 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária – **LOA de 2024** e dá outras providências.

O Povo do Município de Careaçú, por seus representantes na Câmara Municipal aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Fica estabelecido em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município de Careaçú, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na CF, art. 165, §2º, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Lei nº 1.347 de 15 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ações do Governo para o quadriênio 2023-2025, as diretrizes para a elaboração do Orçamento do Município para o exercício de 2024, compreendendo:

- I. As metas e prioridades da administração pública municipal;
- II. As diretrizes gerais sobre a organização, estrutura, elaboração e execução da lei orçamentária anual do Município e suas alterações;
- III. As disposições sobre a dívida Pública Municipal;
- IV. As disposições relativas a despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- V. As disposições sobre alteração na Legislação Tributária;
- VI. As disposições sobre a avaliação dos passivos contingentes;
- VII. As disposições sobre os limites de endividamento por empréstimos e financiamentos;
- VIII. Outras disposições pertinentes, nos termos do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO II

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º - As prioridades e as metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2024, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal, as ações relativas aos programas sociais existentes e as de funcionamento regular das Secretarias do Município, respeitadas as disposições constitucionais e legais e em consonância com o Plano Diretor do Município, terão as diretrizes discriminadas nesta Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

§ 1º O Poder Executivo justificará, na mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária para 2024, o atendimento de outras despesas discricionárias em detrimento daquelas constantes do Anexo a que se refere o caput, admitido apenas em razão de impossibilidade de ordem técnica ou legal de execução daquelas programações.

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a promover ajustes na classificação das ações e na estrutura do Anexo de que trata o caput deste artigo, com o objetivo de compatibilizá-lo com a Lei do Plano Plurianual 2023/2025

§ 3º Fica vedada a adoção, pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categorias de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.

§ 4º As metas e as prioridades da Administração Pública Municipal devem refletir, a todo tempo, os objetivos da política econômica vigente, especialmente aqueles que integram o cenário em que se baseiam as metas fiscais.

Art. 3º - Além de contemplar as prioridades e metas de que trata o art. 2º desta Lei, a elaboração da proposta orçamentária para 2024 contemplará, pela sua relevância no âmbito de cada área de governo, as seguintes diretrizes:

- I. Promoção do desenvolvimento urbano, social e econômico do Município por meio da ampliação e do aprimoramento de ações em saneamento, gestão urbana e ambiental, política habitacional, transporte, cultura, saúde, educação, política social, segurança pública, infra-estrutura e turismo;
 - II. Promoção do planejamento integrado e da gestão urbana e ambiental democrática, promovendo a conscientização da sociedade quanto aos objetivos sociais, econômicos, ambientais e culturais e adotando o monitoramento como instrumento de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano e ambiental no Município;
 - III. Promoção da reestruturação do espaço urbano, mediante requalificação dos espaços públicos, remoção de barreiras arquitetônicas de locomoção, recuperação de áreas degradadas, desconcentração urbana, fortalecimento de centros e centralidades e adequação do sistema viário e de transporte municipal;
 - IV. Tratamento especial da área central, considerando sua complexidade funcional e simbólica, e a sua importância do uso residencial em seu espaço;
 - V. Promoção de medidas de proteção ambiental, preservação, recuperação e valorização do patrimônio ambiental e cultural e
-



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

- dos marcos e espaços de referência simbólica e histórica da cidade com destaque para o aproveitamento do seu potencial para recreação e turismo ecológico;
- VI. Manutenção preventiva e recuperação das vias urbanas, garantindo o cumprimento das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT – versando sobre acessibilidade, mediante implementação de política de regulação urbana e ambiental no Município, com especial atenção à manutenção de condições ideais de tráfego e trânsito;
- VII. Promoção e implementação da Política Municipal de Saneamento e Educação Sanitária, com vistas à universalização das ações e dos serviços, à promoção da saúde e à proteção do meio ambiente, de acordo com as metas e diretrizes da Legislação Federal;
- VIII. Continuidade dos programas de limpeza urbana, com mobilização social e educação visando à conscientização dos cidadãos, articulando-os com ações municipais no tocante a transporte, tratamento reciclagem e destinação final dos resíduos sólidos;
- IX. Integração e expansão das políticas de inclusão social destinadas a ampliar o acesso da população aos bens e serviços públicos municipais, por meio de programas sociais;
- X. Promoção da universalização da Educação, com a adequação da Rede Municipal, implantação de programas na área Educacional e o aumento do número de vagas em escola de Educação Infantil, bem como a promoção de programas de integração escola / comunidade com atividades de educação, saúde e lazer;
- XI. Garantia da continuidade das ações de implantação do Sistema Único da Assistência Social - SUS, com a expansão e o aprimoramento das políticas de prevenção, proteção e promoção voltadas para a criança, o adolescente, o idoso, as famílias em situação de risco social, a população de rua e o portador de deficiência;
- XII. Enfrentamento do desemprego a partir da reestruturação da Política Municipal de Geração de Emprego e Renda, com o aprimoramento dos programas de Intermediação ao Mercado de Trabalho, Economia Popular e Solidária e Qualificação Profissional;
- XIII. Promoção de acesso aos bens culturais e à produção artístico-cultural, incluindo as iniciativas artísticas e culturais das escolas municipais, das creches, dos asilos, das comunidades terapêuticas, das casas de recuperação e centros de apoio comunitário, buscando a inclusão da população menos favorecida e dos jovens;
- XIV. Garantia do acesso da população às práticas esportivas e de lazer mediante a criação, ampliação e adequação de espaços e
-



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

- equipamentos de uso coletivo e incentivo ao desenvolvimento e à prática de esportes nas escolas municipais;
- XV. Promoção dos direitos e das garantias fundamentais com a continuidade dos projetos de formação para a cidadania, de promoção de ações afirmativas e de acesso à orientação jurídica e psicossocial;
- XVI. Ampliação das ações voltadas à melhoria das condições de segurança pública, por meio do desenvolvimento de programas como a prevenção de violência juvenil, a ampliação de programas de voltados para a Segurança Pública, o treinamento, aparelhamento e ampliação da guarda municipal;
- XVII. Promoção do acesso aos serviços públicos e à informação, com a modernização e ampliação dos sistemas de atendimento informacional e estatísticos e o aperfeiçoamento da política de comunicação social da Administração Municipal;
- XVIII. Implementação de planos de carreira, da capacitação e requalificação do servidor público municipal e a realização de concurso público para provimento de cargos;
- XIX. Ampliação dos programas com participação popular, com a efetiva ação dos Conselhos Municipais, visando ao controle social da ação pública pela população;
- XX. Implementação de projetos de infra-estrutura e incentivo aos serviços especializados, à indústria, ao turismo e à cultura, por meio de ações integradas junto aos órgãos nacionais e internacionais de fomento, e continuação da instalação de parque tecnológico;
- XXI. Otimização da gestão tributária mobiliária e imobiliária da Administração Pública Municipal.

CAPITULO III

Da Organização e da Estrutura da Lei Orçamentária Anual

Art. 4º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

- I. Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- II. Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- III. Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
-



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

- IV. Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
- V. Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

§ 1º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2024 e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 2º Cada ação orçamentária, entendida como sendo a atividade, o projeto e a operação especial, identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 3º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 4º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 5º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação do Município.

Art. 5º - A Proposta Orçamentária para 2024 discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, e a fonte de recursos, de acordo com a Lei 4.320/64, e com as Portarias editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 1º É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§ 2º As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita, fontes de recursos e parcelas vinculadas à seguridade social.

§ 3º Os créditos adicionais, ainda que abertos por decreto obedeçam ao disposto na Lei 4.320/64.

Art. 6º - A proposta orçamentária, não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa face à Constituição



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal, atenderá a um processo de planejamento permanente, à participação comunitária e compreenderá:

- I. O orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal;
- II. O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades de saúde, previdência e assistência social, quando couber.

§ 1º. O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, sua proposta orçamentária até 31 de agosto de 2023.

Art. 7º - A Lei orçamentária dispensará, na estimativa da receita e na fixação da despesa, atenção aos princípios de:

- I. Prioridade de investimentos nas áreas sociais;
- II. Austeridade na gestão dos recursos públicos;
- III. Modernização na ação governamental.

Art. 8º - A Lei Orçamentária não consignará novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos aqueles em andamento.

Parágrafo único - Considera-se adequadamente atendido o projeto cuja realização física esteja conforme o cronograma físico-financeiro pactuado e em vigência.

Art. 9º - Caso o projeto de lei Orçamentária não seja sancionado até 31 de dezembro de 2023, a programação nele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

- I. Pessoal e encargos sociais;
- II. Serviço da dívida;
- III. Outras despesas correntes, à razão de 1/12 (um doze avos) ao mês.

Art. 10 - O Projeto de Lei do Orçamento Anual a ser encaminhado pelo Executivo à Câmara Municipal de Careaçu, será constituído de:

- I. Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I da Lei 4.320/64 e adendo II da Portaria SOF nº 8/1985);
 - II. Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (anexo 2 da Lei 4.320/64 e adendo III da portaria SOF nº 8/1985);
 - III. Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (anexo 2 da Lei 4320/64 e adendo III da portaria SOF nº 8/1985);
-



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

- IV. Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (anexo 3 da Lei 4320/64 e adendo III da Portaria SOF Nº 8/1985);
 - V. Programa de Trabalho (adendo 5 da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/1985);
 - VI. Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (anexo 6 da Lei 4.320/64 e adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº8/1985);
 - VII. Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (anexo 7 da Lei 4.320/64 e adendo 6 da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/1985);
 - VIII. Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (anexo 8 da Lei 4.320/64 e adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/1985);
 - IX. Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (anexo 9 da Lei 4.320/64 e adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/1985);
 - X. Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominada QDD;
 - XI. Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no art. 4º, § 2º inciso III da Lei Complementar 101/2000;
 - XII. Demonstrativo das Renúncias de Receitas e Estimativa do seu Impacto Orçamentário-Financeiro, na forma estabelecida no art. 14 da LRF (art. 5º, II da LRF);
 - XIII. Demonstrativo das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado que serão geradas em 2018 com indicação das medidas de compensação (art. 5º, II da LRF);
 - XIV. Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica, conforme disposto no art. 22 da Lei 4.320/64;
 - XV. Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais, Investimentos das empresas e da Seguridade Social (art. 165, § 5º da Constituição Federal);
 - XVI. Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 5º, I da LRF);
 - XVII. Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2018 (art. 5º, III);
 - XVIII. Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público (art. 44 da LRF);
-



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

XIX. Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previsto para o exercício de 2024 (art. 4º, § 1º e 9º da LRF).

Parágrafo Único - Os Orçamentos da Autarquia que acompanha o Orçamento Geral do Município evidenciará suas receitas e despesas, conforme disposto no caput deste artigo.

Art. 11 - A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária de 2024 conterá:

- I. Resumo da política econômica do Município, análise da conjuntura econômica e atualização das informações de que trata o § 4º do art. 4º da Lei Complementar nº. 101, de 2000, com indicação do cenário macroeconômico para 2023, e suas implicações sobre a Proposta Orçamentária de 2024;
- II. Resumo das políticas a serem priorizadas;
- III. Indicação do órgão que apurará os resultados primário e nominal, para fins de avaliação do cumprimento das metas;
- IV. Justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa;
- V. Medidas adotadas pelo Poder Executivo, para redução e controle das despesas primárias correntes, obrigatórias e discricionárias, destacando-se, dentre essas, os gastos com diárias, passagens, locomoção e publicidade.

Art. 12 - A despesa com precatórios judiciais e cumprimento de sentenças judiciais, se houver, será programada, na lei orçamentária, em dotação específica da unidade orçamentária responsável pelo débito.

Parágrafo Único - Os recursos alocados para os fins previstos no "caput" deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

CAPITULO IV

Das Diretrizes para a Elaboração e para a Execução do Orçamento do Município e suas Alterações

Art. 13 - A Elaboração do Projeto de Lei do Orçamento para 2024, a aprovação da respectiva lei, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade, e a permitir o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma das etapas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

§ 1º A estimativa da Receita e a fixação da despesa constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2024 serão elaboradas a preços correntes, projetados ao exercício a que se referem.

§ 2º Aos limites estabelecidos de acordo com o caput deste artigo poderá ser aplicada a correção, desde que demonstrada a metodologia de cálculo, excluídas as despesas com os benefícios assistenciais decorrentes da criação e reestruturação de cargos e funções previstas em leis específicas; e a compensação de que trata o art. 17, § 2º, da Lei Complementar 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem de expansão prevista no art. 4º, § 2º, inciso V, da mesma Lei Complementar, desde que observados:

- a) O limite das respectivas dotações constantes da Lei Orçamentária de 2024 e seus créditos adicionais;
- b) Os limites estabelecidos nos artigos 20 e 22 parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 14 - Fica proibida a fixação de despesa sem que esteja definida a fonte de recurso correspondente e legalmente instituída a unidade executora.

Art. 15 - O montante de recursos consignados na proposta orçamentária para custeio e para investimentos da Câmara Municipal de Careaçu, obedecerá ao disposto na Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000 e será proporcional à receita efetivamente realizada, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal de 1988.

Art. 16 - Além de observar as demais diretrizes nesta Lei, a alocação de recursos na Lei do Orçamento anual e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos de ações e a avaliação dos resultados de programas de governo.

Art. 17 - Além da observância das prioridades fixadas nos termos do Art. 2º e 6º desta Lei, a Lei do Orçamento anual somente incluirá novos projetos se:

- I. Estiverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;
 - II. Estiverem em consonância com o Plano Plurianual de Ações do Governo -PPA;
 - III. Apresentarem viabilidade ética, técnica, econômica e financeira.
-



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Art. 18 - A Lei do Orçamento Anual poderá conter dotação para Reserva de Contingência, até o valor de 5% da Receita Corrente Líquida fixada para o exercício de 2023, para atendimento ao disposto no inciso III do Art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 19 - A Lei do Orçamento Anual não destinará recursos para atender ações que não sejam de competências prioritárias do Município.

§ 1º A vedação disposta no caput deste artigo não se aplica às ações decorrentes de processos de municipalização dos encargos da prestação de saúde, de educação e de trânsito.

§ 2º. O Município poderá contribuir observado o Art. 62 da Lei Complementar 101/2000, para efetivação de ações de segurança pública local.

Seção I

Da Execução e das Alterações da Lei do Orçamento Anual

Art. 20 - O Executivo poderá, mediante instrumento jurídico específico fazer transferências, nos termos do art. 25 da Lei Complementar 101/2000, observado o interesse do Município.

Art. 21 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

Parágrafo Único - Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesas sem que estejam acompanhados das medidas definidas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 22 - As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

- I. Para elevação das receitas:
 - a) Implementação das medidas previstas nesta Lei;
 - b) Atualização e informatização do cadastro imobiliário e mudanças na Legislação tributária;
 - c) Chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.
 - II. Para redução das despesas:
 - a) Implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar cartel dos fornecedores;
 - b) Revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.
-



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Art. 23 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

- I. Às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;
- II. Às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;
- III. Às entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública.

Parágrafo Único - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, emitida no exercício de 2023 por, no mínimo, uma autoridade competente, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 24 - A transferência de recursos a entidades públicas ou privadas, inclusive da Administração Indireta Municipal, a título de cooperação, subvenção, auxílio ou congêneres; dependerá de:

- I. Previsão de recursos orçamentários;
- II. Prestação de contas pela entidade beneficiada;
- III. Situação de regularidade fiscal da entidade beneficiada.

Art. 25 - É vedada a destinação, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei complementar 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo Único - As normas do caput deste artigo não se aplicam ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde ou pelo - SUS - Sistema Único de Assistência Social.

Art. 26 - A transferência de recursos financeiros da Prefeitura Municipal para a Câmara Municipal fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo Único - O aumento da transferência de recursos financeiros de um órgão para outro somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art. 167, inciso VI da Constituição Federal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Art. 27 Fica autorizado, durante a execução orçamentária de 2024, o remanejamento, a transposição e a transferência de recursos, por decreto, à luz do art. 167, inciso VI da Constituição da República, sem cômputo no percentual a que se refere o art. 7º, inciso I da Lei Federal 4.320/64.

Seção II

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenhos

Art. 28 - Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2024, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º Excluem do caput deste artigo as despesas que constituem obrigação constitucional e legal e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º O Poder Executivo comunicara ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§ 3º Os Poderes Executivo e Legislativo com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adaptar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

Seção III

Da Autorização para o Município auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art. 29 - O Município poderá contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da federação desde que haja celebração do respectivo convênio, ajuste, acordo ou congênere e crédito orçamentário próprio e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Art. 30 - As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos

Parágrafo Único - A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e de celebração de convenio.

Seção IV

Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso

Art. 31 - Para atender o disposto na Lei nº 101/2000, o Poder Executivo se incumbirá do seguinte:

- I. Estabelecer, 30 dias após a publicação dos orçamentos, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso;
- II. Publicar, até 30 dias após o encerramento do bimestre, o relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas e se não atingidas deverá realizar as limitações de empenho na forma do art. 32 desta Lei;
- III. Emitir, ao final de cada semestre, o Relatório de Gestão Fiscal, avaliando o cumprimento das Metas Fiscais;
- IV. Divulgação ampla, inclusive pela Internet, dos Planos, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária, prestação de contas e pareceres do Tribunal de Contas do Estado.

CAPITULO V

Das Disposições sobre a Dívida Pública Municipal

Art. 32 - Deverão ser garantidos, na lei orçamentária, os recursos necessários ao pagamento da dívida pública Municipal.

Parágrafo Único - O Município, através de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, inciso VI e IX da Constituição Federal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Art. 33 - A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 34 - A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar 101/2000 e atendidas às exigências necessárias estabelecidas na resolução 43/2001 do Senado Federal.

Art. 35 - Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão do projeto de lei orçamentária anual.

CAPÍTULO VI

Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários

Art. 36 - Fica autorizado, ao Município, para o exercício de 2024, a concessão de vantagem ou aumento da remuneração, o pagamento de horas extras, a criação de cargos, empregos ou funções, a alteração da estrutura das carreiras, a realização de concurso público bem como a admissão ou contratação de pessoal, desde que:

- I. Haja prévia dotação orçamentária para atender as projeções de despesa de pessoal e os acréscimos dela decorrentes;
- II. A despesa total com pessoal atenda ao disposto nos artigos 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, e 71 da Lei 101/2000, que dispõem sobre os limites e controle da despesa com pessoal.

Parágrafo Único - Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 37 - As despesas com pessoal e encargos sociais dos Poderes Legislativo e Executivo, terão como limite, na elaboração de suas propostas orçamentárias, a despesa com a folha de pagamento de 2022, projetada para todo o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive os decorrentes de implantação dos planos de carreira e de reestruturação orgânica, mediante autorização legislativa, quando for o caso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.935.388/0001-15

§ 1º A política remuneratória dos servidores públicos, na forma da lei, dar-se-á com base em reajustes gerais e/ou em aprovação de tabelas salariais dos planos de carreiras específicos, obedecendo aos limites constitucionais.

§ 2º Serão considerados como contratos de terceirização de mão-de-obra, para efeito do disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, as despesas provenientes de contratação de pessoal para substituição a categorias funcionais abrangidas por planos de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, sendo tais despesas contabilizadas como "Outras Despesas de Pessoal".

Art. 38 - As despesas com auxílio-doença, funeral, cestas básicas, medicamentos, kit de materiais de construção civil, projeto de renda e doações em geral serão concedidas mediante encaminhamento social.

Art. 39 - Se durante o exercício de 2024 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar 101/2000, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo Único - A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo, no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Secretário de Administração ou do Prefeito Municipal, e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

CAPITULO VII
Das Disposições sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 40 - A estimativa da receita que constará da lei orçamentária para o exercício de 2024, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

- I. Aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;
 - II. Aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização e modernização;
 - III. Aperfeiçoamento dos processos por meio de revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a
-



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

- IV. A aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 41 - A estimativa da receita de que trata o artigo anterior, levará em consideração adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária observada a capacidade econômica do contribuinte, com destaque para:

- I. Atualização da planta genérica de Valores do Município;
- II. Revisão, atualização ou adequação da legislação sobre imposto Predial e territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III. Revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV. Revisão da legislação referente ao imposto sobre serviços de qualquer natureza;
- V. Revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre transmissão Inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis;
- VI. Instituição de taxas pela utilização efetiva de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
- VII. Revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia.
- VIII. Revisão das isenções de tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;
- IX. A instituição de novos tributos ou a modificação em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos;
- X. Revisão geral de toda a legislação tributária municipal.

CAPITULO VIII **Das Disposições Gerais**

Art. 42 - As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através de Decreto do Poder Executivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Parágrafo Único - As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos adicionais autorizados na lei orçamentária, os quais deverão ser abertos mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 43 - A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4320/64.

§ 1º A Lei orçamentária conterá autorização e disporá o limite e condições gerais para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências das anulações de dotações propostas.

§ 3º - A realocação, transferência e a transposição das fontes de recursos consignados nas dotações orçamentárias serão realizadas por meio de decreto executivo até o limite percentual aprovado na lei orçamentária correspondentes aos créditos adicionais.

Art. 44 - Ao Projeto de Lei do Orçamento Anual não poderão ser apresentadas emenda que aumentem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de:

- I. Recursos vinculados;
- II. Recursos próprios de entidades da Administração Indireta;
- III. Contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal a recursos transferidos ao Município;
- IV. Recursos destinados a pagamento de precatórios e de sentenças judiciais;
- V. Recursos destinados ao serviço da dívida, compreendendo amortização e encargos, aos desembolsos dos recursos relativos aos projetos executados mediante parcerias público-privadas, se for o caso, e às despesas com pessoal e com encargos sociais.

Art. 45 - Para os efeitos do § 3º do Art. 16 da Lei Complementar nº 101/00, considera-se despesa irrelevante aquela que não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos II do Art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Art. 46 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Parágrafo Único - A contabilidade registrará tempestivamente os atos e fatos relativos à gestão orçamentária - financeiro, efetivamente ocorrido.

Art. 47 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do chefe do Poder Executivo, na conformidade do disposto no § 2º do art. 167 da CF/88.

Art. 48 - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no artigo anterior, se necessária, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei nº 4.320/64.

Art. 49 - O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 50 - O projeto de Lei Orçamentária do Município para o exercício financeiro de 2024 será encaminhado ao Poder Legislativo até 30 de setembro de 2023, nos termos da Lei Orgânica Municipal.

Art. 51 - Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os Anexos de I a VI.

Art. 52 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Careagu, 22 de Junho de 2023.


TOVAR DOS SANTOS BARROSO
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CAREAÇU

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAISMETAS ANUAIS
2024

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO 2024				EXERCÍCIO 2025				EXERCÍCIO 2026			
	VALOR CORRENTE (a)	VALOR CONSTANTE	% PIB (a / PIB) x100	% RCL (a / RCL) x100	VALOR CORRENTE (b)	VALOR CONSTANTE	% PIB (b / PIB) x100	% RCL (b / RCL) x100	VALOR CORRENTE (c)	VALOR CONSTANTE	% PIB (c / PIB) x100	% RCL (c / RCL) x100
RECEITA TOTAL	42.940.000,00	38.000.000,00	2.667,080	103,305	47.234.000,00	38.000.000,00	2.018,547	103,305	51.957.000,00	37.999.707,45	2.078,280	103,304
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	8.604.625,26	7.614.712,62	534,448,77	20,701	53.025.087,79	42.658.960,41	2.266,029	115,970	58.327.596,57	42.658.960,41	2.333,103	115,970
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES	8.265.625,26	7.314.712,62	513,392,87	19,885	52.652.187,79	42.358.960,41	2.250,093	115,155	57.917.406,57	42.358.960,41	2.316,696	115,155
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.352.710,00	2.967.000,00	208,242,85	8,066	3.687.981,00	2.967.000,00	157,606,02	8,066	4.056.779,10	2.967.000,00	162,271,16	8,066
CONTRIBUIÇÕES	531.100,00	470.000,00	32,987,577	1,278	584.210,00	470.000,00	24,966,239	1,278	642.631,00	470.000,00	25,705,240	1,278
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.316.659,00	3.820.052,21	268,115,46	10,385	48.308.324,90	38.864.300,00	2.064,458	105,654	53.139.157,39	38.864.300,00	2.125,568	105,654
DEMAIS RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES	65.156,26	57.660,41	4,046,972	0,157	71.671,89	57.660,41	3,062,901	0,157	78.839,08	57.660,41	3,153,563	0,157
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL	339.000,00	300.000,00	21,055,900	0,816	372.900,00	300.000,00	15,935,897	0,816	410.190,00	300.000,00	16,407,600	0,816
DESPESA TOTAL	42.940.000,00	38.000.000,00	2.667,080	103,305	74.234.000,00	59.721.641,19	3.172,393	178,592	51.957.400,00	38.000.000,00	2.078,296	103,305
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	17.583.961,12	15.561.027,54	1.092,171	42,303	19.342.357,23	15.561.027,54	826,596,46	42,303	21.276.592,96	15.561.027,54	851,063,71	42,303
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES	16.899.263,00	14.955.100,00	1.049,643	40,656	18.589.189,30	14.955.100,00	794,409,79	44,722	20.448.108,23	14.955.100,00	817,924,32	40,656
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	363.860,00	322.000,00	22,600,000	0,875	400.246,00	322.000,00	17,104,529	0,963	440.270,60	322.000,00	17,610,824	0,875
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.535.403,00	14.633.100,00	1.027,043	39,781	18.188.943,30	14.633.100,00	777,305,26	43,759	20.007.837,63	14.633.100,00	800,313,50	39,781
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL	684.698,12	605.927,54	42,527,833	1,647	753.167,93	605.927,54	32,186,663	1,812	828.484,73	605.927,54	33,139,389	1,647
PAGAMENTO RESTOS A PAGAR DESPESAS PRIMÁRIAS	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I-II)	-8.979.335,86	-7.946.314,92	-557,722,7	-21,602	33.682.730,56	27.097.932,87	1.439,432	73,667	37.051.003,61	27.097.932,87	1.482,040	73,667
JUROS, ENC. E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (IV)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
JUROS, ENC. E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS (V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
RESULTADO NOMINAL (VI) = (III + (IV - V))	-8.979.335,86	-7.946.314,92	-557,722,7	-21,602	33.682.730,56	27.097.932,87	1.439,432	73,667	37.051.003,61	27.097.932,87	1.482,040	73,667
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	4.499.392,12	3.981.762,94	279,465,34	10,825	4.049.452,91	3.257.806,04	173,053,54	8,857	3.644.507,62	2.665.477,67	145,780,30	7,246
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
RECEITAS PRIMÁRIAS ADVINDAS DE PPP (VII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
DESPESAS PRIMÁRIAS GERADAS POR PPP (VIII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
IMPACTO DO SALDO DAS PPPs (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

TOVAR DOS SANTOS BARROSO
CPF: 32696337691
PREFEITO MUNICIPAL

LUAN JONATHAN SOARES
CPF: 11949157601
CONTADOR
CRC: 124699/0-5

CPF:

MUNICÍPIO DE CAREAÇU

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

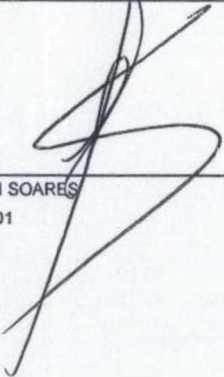
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR 2024

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	METAS PREVISTAS EM 2022 (a)	% PIB	% RCL	METAS REALIZADAS EM 2022 (b)	% PIB	% RCL	VALOR (c) = (b-a)	% (C/A)
RECEITA TOTAL	38.704.000,00	174.241,41	118,90	34.420.708,42	154.958,47	105,74	-4.283.291,58	-11,067
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	35.652.480,11	160.503,78	109,52	33.642.497,26	151.455,05	103,35	-2.009.982,85	-5,638
DESPESA TOTAL	33.759.004,79	151.979,55	103,71	37.155.725,47	167.271,24	114,14	3.396.720,68	10,062
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	31.825.940,63	143.277,10	97,77	35.756.051,53	160.970,05	109,84	3.930.110,90	12,349
RESULTADO PRIMÁRIO I-II	3.826.539,48	17.226,69	11,75	-2.113.554,27	-9.515,00	-6,49	-5.940.093,75	-155,234
RESULTADO NOMINAL	3.826.539,48	17.226,69	11,75	-2.113.554,27	-9.515,00	-6,49	-5.940.093,75	-155,234
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	687.194,93	3.093,68	2,11	1.875.742,13	8.444,40	5,76	1.188.547,20	172,956
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO


TOVAR DOS SANTOS BARROSO
CPF: 32696337691
PREFEITO MUNICIPAL
LUAN JONATHAN SOARES
CPF: 11949157601
CONTADOR
CRC: 124699/0-5

CPF:

MUNICÍPIO DE CAREAÇU

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAISMETAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2024

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
RECEITA TOTAL	27.190.000,00	38.704.000,00	42,346	38.000.000,00	-1,819	42.940.000,00	13,000	47.234.000,00	10,000	51.957.000,00	9,999
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	27.186.123,38	35.652.480,11	31,142	42.658.960,41	19,652	8.604.625,26	-79,829	53.025.087,79	516,239	58.327.596,57	10,000
DESPESA TOTAL	26.856.482,63	33.759.004,79	25,702	38.000.000,00	12,563	42.940.000,00	13,000	74.234.000,00	72,878	51.957.400,00	-30,009
DESPESAS PRIMÁRIAS(II)	23.761.588,21	31.825.940,63	33,939	15.561.027,54	-51,106	17.583.961,12	13,000	19.342.357,23	10,000	21.276.592,96	10,000
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I-II)	3.424.535,17	3.826.539,48	11,739	27.097.932,87	608,158	-8.979.335,86	-133,137	33.682.730,56	-475,114	37.051.003,61	10,000
RESULTADO NOMINAL	3.428.411,79	3.826.539,48	11,613	27.097.932,87	608,158	-8.979.335,86	-133,137	33.682.730,56	-475,114	37.051.003,61	10,000
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	540.000,00	687.194,93	27,258	5.171.715,08	652,583	4.499.392,12	-13,000	4.049.452,91	-10,000	3.644.507,62	-10,000
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
RECEITA TOTAL	35.341.562,00	48.136.164,80	36,203	38.000.000,00	-21,057	38.000.000,00	0,000	38.000.000,00	0,000	37.999.707,45	-0,001
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	35.336.523,17	44.340.989,51	25,482	42.658.960,41	-3,793	7.614.712,62	-82,150	42.658.960,41	460,218	42.658.960,41	0,000
DESPESA TOTAL	34.908.056,12	41.986.074,26	20,276	38.000.000,00	-9,494	38.000.000,00	0,000	59.721.641,19	57,162	38.000.000,00	-36,371
DESPESAS PRIMÁRIAS(II)	30.885.312,36	39.581.922,36	28,158	15.561.027,54	-60,687	15.561.027,54	0,000	15.561.027,54	0,000	15.561.027,54	0,000
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I-II)	4.451.210,81	4.759.067,15	6,916	27.097.932,87	469,396	-10.146.649,52	-137,444	41.867.634,09	-512,625	50.659.837,24	21,000
RESULTADO NOMINAL	3.427.517,64	3.826.539,48	11,642	23.980.471,57	526,688	-8.979.335,86	-137,444	33.682.730,56	-475,114	37.051.003,61	10,000
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	701.892,00	854.664,33	21,766	5.171.715,08	835,988	3.981.762,94	-23,009	3.257.806,04	-18,182	2.665.477,67	-18,182
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

TOVAR DOS SANTOS BARROSO

CPF: 32696337691

PREFEITO MUNICIPAL

LUAN JONATHAN SOARES

CPF: 11949157601

CONTADOR

CRC: 124699/0-5

CPF:

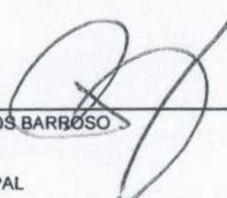
MUNICÍPIO DE CAREAÇU
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2024

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
PATRIMÔNIO/CAPITAL	44.075.790,22	51,429	33.613.238,51	51,085	27.975.520,22	54,208
RESERVAS	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
RESULTADO ACUMULADO	41.626.182,41	48,571	32.186.036,58	48,915	23.632.124,98	45,792
TOTAL	85.701.972,63	100,000	65.799.275,09	100,000	51.607.645,20	100,000

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO


TOVAR DOS SANTOS BARBOSO

CPF: 32696337691

PREFEITO MUNICIPAL


LUAN JONATHAN SOARES

CPF: 11949157601

CONTADOR

CRC: 124699/0-5

CPF:

MUNICÍPIO DE CAREAÇU

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

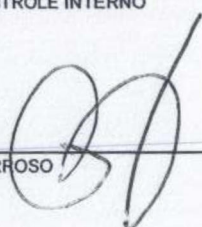
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS 2024

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

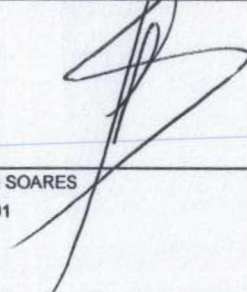
R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2022 (a)	2021 (b)	2020 (c)	
RECEITA DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS				
ALIENAÇÃO DE ATIVOS				
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (I)	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS EXECUTADAS	2022 (d)	2021 (e)	2020 (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS				
DESPESAS DE CAPITAL				
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				
REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	
REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (II)	0,00	0,00	0,00	
SALDO FINANCEIRO	2022 (g) = (a - d) + h	2021 (h) = (b - e) + i	2020 (i) = (c - f)	
TOTAL (III) = (I) - (II)	0,00	0,00	0,00	

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO



TOVAR DOS SANTOS BARROSO
CPF: 32696337691
PREFEITO MUNICIPAL



LUAN JONATHAN SOARES
CPF: 11949157601
CONTADOR
CRC: 124699/0-5

CPF:

MUNICÍPIO DE CAREAÇU

LDO 2024

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2024

PROGRAMA : 0001 MANUTENÇÃO AS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

OBJETIVO : MANUTENÇÃO AS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
2001	CORPO LEGISLATIVO	PRODUTO	%	100
2002	MANUTENÇÃO DO PROJETO CIDADÃO	PRODUTO	%	100

PROGRAMA : 0002 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DA CÂMARA MUNI

OBJETIVO : MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DA CÂMARA MUNICIPAL

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
1001	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL E CONSTRUÇÃO DA SEDE DO LEGISLATIVO	PRODUTO	%	100
2003	SERVIÇOS GERAIS DA CÂMARA MUNICIPAL	PRODUTO	%	100
2004	MANUTENÇÃO ATIVIDADES CONTROLE INTERNO	PRODUTO	%	100
1002	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	PRODUTO	%	100

PROGRAMA : 0004 DE GESTAO EFICIENTE E EFICAZ

OBJETIVO : PROMOCAO DE GESTAO EFICIENTE E EFICAZ

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
SMA	APOIO AO PROCESSO ELEITORAL	ELEICOES 2020	%	100
SMF	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES TRIBUTARIAS	ARRECADACAO TRIBUTARIA	%	100
SMO	CONSTRUCAO/AMPLIACAO DE PAÇO MUNICIPAL	OBRAS ESTRUTURAIS	%	100
SCAG	MANUTENÇÃO ENCARGOS PATRONAIS GABINETE	ENCARGOS	%	0
SMA	MANUTENÇÃO ENCARGOS PATRONAIS ADM	ENCARGOS	%	0
SMF	MANUTENÇÃO ENCARGOS PATRONAIS FINANÇAS	ENCARGOS	%	0
SMA	MOBILIARIO EQUIP. E VEICULO PARA O GABINETE DO EXECUTIVO	MOVEIS E EQUIPAMENTOS	%	100
SMA	MOBILIARIO E EQUIPAMENTOS PARA ADMINISTRACAO	MOVEIS E EQUIPAMENTOS	%	100
SMA	DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS DE INTERESSE PUBLICO	IMOVEIS	%	100
SMA	AMORTIZACAO DE DIVIDA CONTRATADA RGPS	AMORTIZACAO DE DIVIDA CONTRATADA RGPS	%	100
SMU	CONSTRUCAO E AMPLIACAO EM REPARTICOES PUBLICAS	CONSTRUCAO E AMPLIACAO EM REPARTICOES PUBLICAS	%	100
SMF	AMORTIZACAO DIVIDA CONTRATADA	AMORTIZACAO DIVIDA CONTRATADA	%	100
SMF	AMORTIZACAO DIVIDA CONTRATADA	AMORTIZACAO DIVIDA CONTRATADA	%	0
SMA	MANUTENCAO GABINETE DO PREFEITO	ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	%	100
SMA	APOIO AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	%	100
SMA	PROMOCAO EVENTOS OFICIAIS ADMINIST	HOMENAGENS, RECEPCOES E FESTIVIDADES	%	100
SMA	PROMOCAO DA TRANSPARENCIA MUNICIPAL PUBLICIDADE	DIVULGACAO E PUBLICIDADE DE ATOS OFICIAIS	%	100
SMA	MANUT. ATIVIDADES CONTROLADORIA MUNICIPAL	ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO	%	100

MUNICÍPIO DE CAREAÇU
LDO 2024
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2024

SMA	CONTRIBUICAO PATRONAL RGPS	OBRIGACOES PATRONAIS E PREVIDENCIARIAS	%	100
SMA	MANUTENCAO DPTO CONTABIL ORÇAMENTARIO	ATIVIDADES DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	%	100
SMA	PARTICIPACAO EM ASSOCIACOES MICRORREGIONAIS	TRANSF. PARA ASSOCIACAO MICROREGIONAL - AMESP	%	100
SMF	MANUT ATIVIDADES DE FAZENDA E ARRECADACAO	ATIVIDADES DEPARTAMENTO TESOURARIA	%	100
SMF	CUMPRIMENTO DE RECOLHIMENTO DE ENCARGOS PASEP	CONTRIBUICOES PARA PASEP	%	100
SMA	PROMOCAO DA SEGURACA PUBLICA - CONV POLICIA MILITAR	CONVENIO POLICIA MILITAR	%	100
SMA	PROMOCAO DA SEGURACA PUBLICA - CONV POLICIA CIVIL	CONVENIO POLICIA CIVIL	%	100
SMU	ATIVIDADES DE TELECOMUNICACOES	ATIVIDADES DE TELECOMUNICACOES	%	100
SMU	ATIVIDADES DE TORRE TELEVISAO	ATIVIDADES DE TORRE TELEVISAO	%	100
SMA	CONTRIBUICOES PARA ASSOCIACOES AMPARO AO MUNICIPIO	CONTRIBUICOES PARA ASSOCIACOES AMPARO AO MUNICIPIO	%	100
SMF	CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	SENTENÇAS	%	101
SMA	IMPLANTAÇÃO DEFESA CIVIL MUNICIPAL	SERVIÇOS DE URGENCIA	%	100
SMA	AQUISICAO CESTAS NATALINAS SERVIDORES MUNI	CESTAS	%	0

PROGRAMA : 0007 DESENVOLVIMENTO DE POLITICAS ASSISTENCIAIS

OBJETIVO : DESENVOLVIMENTO DE POLITICAS ASSISTENCIAIS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
SMAS	MANUTENÇÃO ENCARGOS PATRONAIS ASSISTENCIA SOCIAL	ENCARGOS	%	0
SMAS	MOBILIARIO E EQUIPAMENTOS PARA ASSIT SOCIAL	AQUISICAO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS	%	100
SMAS	APOIO NA CONSTRUCAO CASAS POPULARES	CONSTRUCAO DE CASAS POPULARES	%	100
SMAS	DESAPROPR DE IMOVEIS DE INTERESS PUBLICO	AQUIS.TERRENO E IMOVEL DE INTERESSE DA MUNICIPALID	%	100
SMAS	CONSTRUCAO E AMPLIANCAO DO CRAS	CONSTRUCAO E AMPLIANCAO DO CRAS	%	100
SMAS	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES SEC MUNICIPAL ASSIST SOCIAL	ATIVIDADE	%	100
SMAS	MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	MANUTENCAO DA ASSISTENCIA SOCIAL	%	100
SMAS	CONTRIBUICAO PATRONAL AO RGPS	MANUTENCAO DA PREVIDENCIA SOCIAL	%	100
SMAS	APOIO A FAMILIAS CARENTES PROGRAMA ASSISTENCIAL	DOACAO DE MATERIAIS DE CONSTR. A FAMILIAS CARENTES	%	100
SMAS	CONCESSAO DE CESTAS BASICAS A FAMILIAS EM SITUACAO VULNERAVEL	CESTAS BASICAS A POPULACAO CARENTE	%	100
SMAS	APOIO ASSISTIDO A POPULACAO CARENTE DO MUNICIPIO	ATENDIMENTO A POPULACAO CARENTE	%	100
SMAS	MANUTENCAO DA CASA DA CRIANCA	MANUTENCAO DA CASA DA CRIANCA	%	100
SMAS	ASSISTENCIA A CRIANCA E ADOLESCENTE	ASSISTENCIA A CRIANCA E ADOLESCENTE	%	100
SMAS	SUBVENCAO A APAE	SUBVENCAO A APAE	%	0
SMAS	CONCESSAO DE SUB. AO ASILO SAO VICENTE DE PAULO	CONCESSAO DE SUB. AO ASILO SAO VICENTE DE PAULO	%	100
SMAS	ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE AMPARO AO IDOSO	ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE AMPARO AO IDOSO	%	100

MUNICÍPIO DE CAREAÇU
LDO 2024
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2024

FMAS	MANUTENCAO E APOIO AO CRAS	MANUTENCAO E APOIO AO CRAS	%	100
------	----------------------------	----------------------------	---	-----

PROGRAMA : 0009 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE JOVENS E ADULTOS

OBJETIVO : APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE JOVENS E ADULTOS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
SME	CONCESSAO APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES ENSINO MEDIO	APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	%	100
SME	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA EDUCACAO BASICA EJA	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA EDUCACAO BASICA	%	100

PROGRAMA : 0010 APOIO AO ESTUDANTE ENSINO SUPERIOR/TECNICO

OBJETIVO : APOIO AO ESTUDANTE ENSINO SUPERIOR/TECNICO

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
SME	APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO SUPERIOR	APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO SUPERIOR	%	100

PROGRAMA : 0011 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BASICO

OBJETIVO : APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BASICO

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
SME	AQUISICAO DE KIT ESCOLAR PARA ALUNOS ENSINO FUNDAMENTAL	KIT ESCOLAR	%	100
SME	MANUTENÇÃO ENCARGOS PATRONAIS EDUCACAO	ENCARGOS	%	0
SME	MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA EDUCACAO	MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA EDUCACAO	%	100
SME	VEICULO TRANSPORTE ESCOLAR	VEICULO TRANSPORTE ESCOLAR	%	100
SME	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES ESCOLARES	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES ESCOLARES	%	100
SME	CONTRIBUICOES E ENCARGOS PATRONAIS DA EDUCACAO RGPS	OBRIGACOES SOCIAIS E PREVIDENCIA DA EDUCACAO	%	100
SME	MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL	MERENDA ESCOLAR	%	100
SME	DESENV E APOIO ENSINO FUNDAMENTAL-BASICO	ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	%	100
SME	TRANSPORTE ESCOLAR MUNIC ENS FUNDAMENTAL	APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL	%	100
SME	MANUTENCAO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA EDUCACAO	MANUTENCAO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA EDUCACAO	%	100
SME	MANUTENCAO DO PROGRAMA PNATE	MANUTENCAO DO PROGRAMA PNATE	%	100
SME	MANUTENCAO DO PROGRAMA PDDE	MANUTENCAO DO PROGRAMA PDDE	%	100
SME	MANUTENCAO DO PROGRAMA QESE	MANUTENCAO DO PROGRAMA QESE	%	100
SME	AQUISICAO DE UNIFORMES ALUNOS DO FUNDAMENTAL	ALUNOS	%	100

PROGRAMA : 0012 ENSINO INFANTIL PILAR EDUCACIONAL

OBJETIVO : ENSINO INFANTIL PILAR EDUCACIONAL

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
SME	AQUISICAO DE MERENDA PARA ALUNOS DO ENSINO INFANTIL	MERENDA ESCOLAR	%	100

MUNICÍPIO DE CAREAÇU
LDO 2024
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2024

SME	AQUISICAO KIT ESCOLAR ALUNOS ENSINO INFANTIL	KIT ESCOLARES	%	100
SME	MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ENSINO INFANTIL	MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ENSINO INFANTIL	%	100
SME	CONSTRUCAO/AMPL DE ESCOLA INFANTIL	CONSTRUCAO DE ESCOLA INFANTIL	%	100
SME	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL	%	100
SME	MANUTENCAO ENSINO PRE ESCOLAR	MANUTENCAO ENSINO PRE ESCOLAR	%	100
SME	AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA ALUNOS ENSINO INFANTIL	ALUNOS	%	101
SME	OBRAS E DESAPROPRIACAO IMOVEL INTER MUNICIPAL	IMOVEL	%	101

PROGRAMA : 0013 DESENVOLVIMENTO CULTURAL E HISTORICO
OBJETIVO : DESENVOLVIMENTO CULTURAL E HISTORICO

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
SMC	CONTRIBUICAO PATRONAL PREV RGPS	PREVIDENCIA SOCIAL E PATRONAL DA CULTURA	%	0
SMC	PROMOCAO E INCENTIVO DE FESTAS FOLCLORICAS E CULTURAIS	FESTAS TRADICIONAIS E FOLCLORICAS DO MUNICIPIO	%	100
SMC	MANUTENCAO ATIV PATRIMONIO CULTURAL	CULTURA	%	101
FMPC	CONSTRUCAO/REFORMA CENTRO CULTURAL	CULTURA	%	0

PROGRAMA : 0014 MOBILIDADE URBANA TRANSPORTE EFICIENTE
OBJETIVO : MOBILIDADE URBANA TRANSPORTE EFICIENTE

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
SMO	AMPLIACAO TERMINAR RODOVIARIO	IMPLANTACAO DO TERMINAL RODOVIARIO	%	100
SMU	CONSTRUCAO DE PONTES E VIAS DE ACESSO RODOVIARIO	CONSTRUCAO DE PONTES E MATA-BURROS	%	100
SMO	VEICULOS E EQUIPAMENTOS PARA DPTO OBRAS	AQUISICAO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS	%	100
SMO	AQUISICAO DE MAQUINA/VEIC PARA ATIVIDADES URBANAS	AQUISICAO DE MAQUINA E VEICULOS PARA ESTRADA	%	100
SMU	MANUTENCAO DAS ESTRADAS E RODAGENS	MANUTENCAO DAS ESTRADAS E RODAGENS	%	100

PROGRAMA : 0015 VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA REGIONAL
OBJETIVO : VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA REGIONAL

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
SMO	ATIVIDADES AGRICOLAS	DESENVOLVIMENTO AGRO-INDUSTRIAL	%	100
SMO	APOIO A CULTIVO DE HORTAS COMUNITARIAS	HORTAS COMUNITARIAS E VIVEIROS	%	100
SMO	CONVENIO EPAMIG	CONVENIO EPAMIG	%	100
SMAG	CONVENIO EMATER	CONVENIO EMATER	%	100

PROGRAMA : 0016 INVESTIMENTO INFRAEST. URBANA DE QUALIDADE
OBJETIVO : INVESTIMENTO INFRAEST. URBANA DE QUALIDADE

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
------	-----------	---------	-----------	-------------

MUNICÍPIO DE CAREAÇU
LDO 2024
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2024

SMO	PARTICIPACAO CONSORCIO ILUMINACAO PUBLICA	SERVIÇOS - RATEIO	%	100
SMU	CONSTRUCAO DE VIAS URBANAS	CONSTRUCAO DE CALCADAOS	%	0
SMO	OBRAS PARA IMPLANTACAO DE INDUSTRIAS NO MUNICIPIO	CONSTRUCAO DE GALPAO PARA INSTALACAO DE INDUSTRIA	%	100
SMO	CONSTRUCAO DE PARQUE E EXPOSICAO	CONSTRUCAO DE PARQUE E EXPOSICAO	%	100
SMO	CONSTRUÇÃO PARQUE DE EVENTOS	INFRAESTRUTURA	%	0

PROGRAMA : 0017 DESPORTO E LAZER EM ATIVIDADE

OBJETIVO : DESPORTO E LAZER EM ATIVIDADE

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
SMD	CONSTRUCAO DE QUADRA POLIESPORTIVA	CONSTRUCAO DE QUADRA POLIESPORTIVA	%	100
SMC	APOIO AO DESPORTO AMADOR	APOIO AO DESPORTO AMADOR	%	100
SMC	MANUTENCAO DE ESPAÇOS DE LAZER E ESPORTE	CAMPO DE FUTEBOL E PRACA ESPORTIVA MUNICIPAL	%	100

PROGRAMA : 0018 TURISMO SUSTENTAVEL E EM DESENVOLVIMENTO

OBJETIVO : TURISMO SUSTENTAVEL E EM DESENVOLVIMENTO

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
SMT	MANUTENCAO ATIVIDADES DE TURISMO E EVENTOS	INCENTIVO AS ATIVIDADES DO TURISMO LOCAL	%	100

PROGRAMA : 0019 SAUDE COMPARTILHADA E DE QUALIDADE

OBJETIVO : SAUDE COMPARTILHADA E DE QUALIDADE

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
FMS	EXAMES MEDICOS ESPECIALIZADOS	ATENDIMENTO A CARENTES	%	100
FMS	AQUISICAO DE VEICULOS PARA TRANSPORTE PACIENTES	VEICULOS	%	100
FMS	AQUISICAO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS ESPECIAIS	ALIMENTACAO ESPECIAL	%	100
FMS	CONSTRUCAO/AMPLIACAO UBS	UNIDADES DE SAUDE	%	100
SMS	MANUTENCAO ATIVIDADES TRANSPORTE PACIENTES	MOTORISTAS	%	100
SMS	CONSTRUCAO/AMPLIACAO UNIDADES DE SAUDE	INFRAESTRUTURA DA SAUDE	%	100
SMS	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA SAUDE	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA SAUDE	%	100
SMS	AQUISICAO DE VEICULOS PARA EQUIPES DE SAUDE	VEICULOS EQUIPAMENTOS	%	100
SMO	AMPLIACAO REDES DE ESGOTO	REDE PARA CANALIZACAO DE ESGOTO	%	100
SMO	OBRAS DE GALERIAS DE AGUAS PLUVIAIS	OBRAS DE GALERIAS DE AGUAS PLUVIAIS	%	100
SMS	AMPLIACAO DA FARMACIA DE MINAS	UNIDADES DE SAUDE	%	100
SMS	CONTRIBUICAO PATRONAL AO RGPS - SAUDE	PREVIDENCIA PATRONAL E SOCIAL DA SAUDE	%	100
SMS	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE SAUDE	APOIO AS ATIVIDADES DE SAUDE	%	100
SMS	MANUTENCAO ATIVIDADES DA UNIDADES BASICAS DE SAUDE	MANUTENCAO ADMINISTRATIVA POSTO DE SAUDE - UBS	%	100

MUNICÍPIO DE CAREAÇU
LDO 2024
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2024

SMS	MANUTENCAO ATIVIDADES ODONTOLÓGICAS	PROGRAMA SAUDE BUCAL	%	100
SMS	MANUTENCAO ATIVIDADES EM POSTOS DE SAUDE	ATIVIDADES DO POSTO DE SAUDE	%	100
SMS	APOIO AO HOSPITAL MAT. DE CAREACU	APOIO AO HOSPITAL MAT. DE CAREACU	%	100
SMS	MANUTENCAO ATIVIDADE JUNTO AO SIGAF	MEDICAMENTOS	%	100
SMS	PROMOCAO ATIVIDADES ESF	PROGRAMA ESF	%	100
SMS	APOIO E MANUT VIGILANCIA SANITARIA MUNICIPAL	VIGILANCIA SANITARIA MUNICIPAL	%	100
SMU	MANUTENCAO DO SISTEMA CAPTACAO ESGOTO SANITARIO	MANUTENCAO DO SISTEMA CAPTACAO ESGOTO SANITARIO	%	100
SMS	MANUTENCAO DA FARMACIA BASICA	MANUTENCAO DA FARMACIA BASICA	%	100
SMS	MANUTENCAO ATIVIDADES DO PACS	PROGRAMA PACS	%	100
SMS	MANUTENÇÃO PARCERIA CONSORCIOS DE SAUDE	TRATAMENTO DE PACIENTES	%	100
SMS	GESTÃO PLENA HOSPITALAR	SAUDE	%	101
SMS	COMBATE E PREVENCAO COVID-19	SAUDE	%	100
FMS	MANUTENCAO ATIVIDADES DA APS	MUNICIPES	%	0
FMS	MANUTENCAO DA ATIV. SECRET MUN. SAUDE	ATIVIDADES SAUDE	%	0
FMS	CONSTRUCAO/AMPLI. UNIDADES DE SAUDE	UNIDADES DE SAUDE	%	0
FMS	MANUTENCAO ATIV. CONSELHO MUNICIPAL SAUDE	ATIVIDADES CONSELHO	%	0

PROGRAMA : 0020 CONTROLE DE ENDEMIAS E DE VIGILANCIA ATIVA

OBJETIVO : CONTROLE DE ENDEMIAS E DE VIGILANCIA ATIVA

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
SMVE	CONTROLE DE DOENCAS EPIDEMIOLOGIA	CONTROLE DE DOENCAS EPIDEMIOLOGIA	%	100

PROGRAMA : 0021 DESENVOLVIMENTO URBANO EFICAZ

OBJETIVO : DESENVOLVIMENTO URBANO EFICAZ

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
SMO	MANUTENCAO ENCARGOS PATRONAIS - SMO	ENCARGOS	%	0
SMU	CONSTRUCAO AMPLIACAO DE VIAS PUBLICAS	CALCAMENTO E PAVIMENTACOES	%	100
SMU	AQUISICAO DE VEICULOS PARA ATIVIDADES DE URBANISMO	AQUISICAO DE VEICULOS PARA MUNICIPALIDADE	%	100
SMO	CONSTRUCAO DE UM VELORIO	CONSTRUCAO DE UM VELORIO	%	0
SMO	EXTENSAO DE REDE ILUMINACAO PUBLICA	EXTENSAO DE REDE ILUMINACAO PUBLICA	%	100
SMO	AQUIS.DE IMOVEL PARA INSTALACAO DO CEMITERIO MUNIC	AQUIS.DE IMOVEL PARA INSTALACAO DO CEMITERIO MUNIC	%	0
SMO	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DO CEMITERIO	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DO CEMITERIO	%	100
SMU	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE VIAS PUBLICAS	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE VIAS PUBLICAS	%	0
SMO	IMPLANTACAO DE POCO ARTESIANO	IMPLANTACAO DE POCO ARTESIANO	%	100
SMO	OBRAS PARA SISTEMA DE ABAST DE AGUA NA ZONA RURAL	APOIO AO ABASTECIMENTO DE AGUA NA ZONA RURAL	%	100

MUNICÍPIO DE CAREAÇU
LDO 2024
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2024

SMU	CONTRIBUICAO PATRONAL AO RGPS	MANUTENCAO PREVIDENCIARIA E SOCIAL	%	100
SMU	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE URBANISMO	ATIVIDADES DE SERVICOS URBANOS	%	100
SMU	ATIVIDADES DE LIMPEZA PUBLICA	ATIVIDADES DE LIMPEZA PUBLICA	%	100
SMO	MANUTENCAO DO CEMITERIO	MANUTENCAO DO CEMITERIO	%	100
SMU	MANUTENCAO DAS PRACAS PARQUES E JARDINS	MANUTENCAO DAS PRACAS PARQUES E JARDINS	%	100
SMO	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ILUMINACAO PUBLICA	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ILUMINACAO PUBLICA	%	100
SMO	CONSTRUÇÃO AMPLIACAO DE PRAÇAS PARQUES E JARDINS	PRAÇAS	%	101
SMO	AQUISIÇÃO VEICULO PARA LIMPEZA E MANEJO DE RESIDUOS	LIMPEZA URBANA	%	101
SMO	ATIVIDADES DE LIMPEZA URBANA E MANEJO RESIDUOS	LIMPEZA URBANA	%	101
SMO	OBRAS DE CAPTAÇÃO DE AGUA POTAVEL	SANEAMENTO	%	101
SMO	CONSTRUÇÃO DA ETE - EST TRATAM DE ESGOTO	SANEAMENTO	%	101
SMO	CONSTRUÇÃO DE FOSSAS SEPTICAS	SANEAMENTO	%	101
SMO	GALERIAS PLUVIAIS NA ZONA RURAL	SANEAMENTO	%	101
SMO	CONSTRUÇÃO AMPLIACAO DA ETA	SERVIÇOS DE AGUA	%	0
SMO	AQUISIÇÃO DE MAQUINARIO/VEIC PARA ATIV RURAIS	EQUIPAMENTOS	%	0

PROGRAMA : 0022 EDUCACAO COMPENSATORIA - ENSINO ESPECIAL

OBJETIVO : EDUCACAO COMPENSATORIA - ENSINO ESPECIAL

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
SME	APOIO A EDUCACAO ESPECIALIZADA - ENSINO ESPECIAL	APOIO A EDUCACAO ESPECIALIZADA	%	100
SME	AQUISIÇÃO DE MERENDA PARA ALUNOS CIAPPEC	ALUNOS	%	101
SME	AQUISICAO DE KIT ESCOLARES PARA ALUNOS CIAPPEC	ALUNOS	%	101
SME	AQUISICAO DE UNIFORMES ALUNOS CIAPPEC	ALUNOS	%	101
SME	REFORMA E AMPLIAÇÃO CIAPPEC	EDUCAÇÃO	%	101
SME	AQUISICAO DE KIT ESCOLARES ALUNOS CIAPPEC	ALUNOS	%	0
SME	IMPLANTACAO CONSTRUCAO CIAPEEC	IMPLANTACAO CONSTRUCAO CIAPEEC	%	0

PROGRAMA : 9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA

OBJETIVO : RESERVA DE CONTINGÊNCIA

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
9.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	RESERVA DE CONTINGENCIA	%	100